



PSD p.11

PSD
PSD está empenhado
no projecto europeu



PSD p.20

Parlamento
Parlamento aprova
nacionalidade portuguesa
originária para netos
nascidos no estrangeiro

POVO LIVRE



nº 1878

3 de Junho de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



TRÁS-OS-MONTES
EXCELÊNCIA POR NATUREZA

MAIS DESCENTRALIZAÇÃO

Pedro Passos Coelho cumprimenta um visitante durante a visita à Expo Trás-os-Montes,
em Bragança, 30 de Maio de 2015

“As sociedades não estão condenadas a repetir os mesmos erros”



Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) foram um dos “erros do passado”, mas que “acabou bem”, porque o Governo não hesitou em avançar com a subconcessão da empresa pública. De acordo com Passos Coelho, “temos aprendido alguma coisa com o nosso passado e podemos dizer que as sociedades não estão obrigadas nem condenadas a repetir os mesmos erros. Nós podemos aprender com os erros do passado e poder dar um horizonte de futuro muito diferente aos cidadãos portugueses”. O Primeiro-Ministro falava nos estaleiros da West Sea, durante a cerimónia que assinalou um ano desde que aquela empresa do grupo Martifer assumiu a subconcessão dos terrenos e infra-estruturas dos ENVC, dia 27 de Maio.

“Não há dúvida nenhuma que, se a história que hoje podemos observar aqui nesta empresa acabou bem, acabou bem porque o Governo não hesitou naquilo que tinha que fazer”, sustentou, destacando ainda o empreendedorismo do grupo português “que arriscou e que quis apresentar-se ao serviço para poder ajudar a economia portuguesa”.

Passos Coelho considerou que a solução encontrada para os ENVC, actualmente em fase extinção, permitiu “resolver o problema muito sério do emprego” e “fazer retornar a Viana uma actividade que pode ser importante para a cidade e para o país”. “Na verdade esta empresa conseguiu recrutar já um número muito apreciável de trabalhadores. São mais de 160 que tra-





balhavam nos estaleiros, e que transitaram para a West Sea”, afirmou, anunciando que o número irá duplicar, “a muito curto prazo”, uma vez que o Governo “vai atribuir a esta empresa um contrato para a construção de dois novos Navios Patrulha Oceânicos (NPO)”.

“Temos perspectiva de vir a duplicar este número de trabalhadores e colocá-lo muito próximo do que existia nos estaleiros. Se descontarmos os trabalhadores que estavam à beira da aposentação, quase 200, em pouco mais de um ano estaremos em condições de garantir que aqueles que teriam expectativa de se poder manter nos ENVC terão transitado para a nova empresa, apesar das indemnizações a que tiveram direito”, afirmou.

Em causa está a construção de dois NPO para a Marinha portuguesa que deverão começar a ser construídos em Setembro nos estaleiros da West Sea, por 77 milhões de euros. “A muito curto prazo vamos autorizar o Ministério da Defesa a poder fazer este contrato. É muito importante que essa capacidade possa voltar a ser desenvolvida em Viana”, disse. Os dois navios deverão estar concluídos em 2017, para serem entregues à Marinha em 2018.

Os ENVC, empresa pública actualmente em fase de extinção, construíram dois Navios Patrulha Oceânicos (NPO) para a Marinha Portuguesa, num investimento de cerca de 120 milhões de euros.



Acolhimento de refugiados tem de ter em conta o desemprego



Pedro Passos Coelho entende que o acolhimento de refugiados pela União Europeia tem de ter em conta as condições económicas e financeiras de cada Estado-membro e, sobretudo, o nível de desemprego. “A proposta que foi feita pela Comissão precisa de ser melhor temperada, justamente atendendo às condições que nomeadamente Portugal e outros países enfrentam, sobretudo quando temos em linha de conta o elevado desemprego que ainda se regista em Portugal”, afirmou Passos Coelho, no final da III Cimeira Luso-Tunisina, no Palácio das Necessidades, em Lisboa, sexta-feira.

Passos Coelho salientou que os refugiados e imigrantes “vão à procura de oportunidades” e, a este propósito, referiu-se também à recente emigração de portugueses: “À medida que formos recuperando a economia e o emprego iremos, tenho a certeza, oferecer melhores condições para acolher mais imigrantes e mais refugiados. Desde logo, precisaremos também de acolher mais portugueses que tiveram de procurar outras economias durante estes anos de maior dificuldade”.

Numa conferência de imprensa conjunta com o seu homólogo tunisino, Habib Essid, o Primeiro-Ministro português considerou que as políticas de migração da União Europeia devem atender “à relação que existe entre todos os Estados - há uns que têm acolhido mais do que outros - mas também à situação económica e financeira”.

Segundo o chefe do executivo, o esforço dos países com mais desemprego tem de ser “mais adaptado a essa circunstância”. Passos Coelho insistiu neste ponto: “Seria evidentemente pouco compreensível que os países que têm mais desemprego tivessem agora um crescimento maior nas quotas que viessem conhecer em termos de acolhimento para refugiados”. “Não é por acaso que muitos dos imigrantes e muitos dos refugiados depois procuram as economias que têm um maior potencial de criação de emprego. Essas pessoas vão à procura de oportunidades. Não é por acaso que não vêm para as economias que passaram por processos de recessão económica mais intenso”, apontou.

O Primeiro-Ministro ressaltou que considera que “a Europa tem de fazer mais,

e Portugal também está disposto a fazer mais e a acolher mais refugiados e mais imigrantes, mas reflectindo evidentemente as suas condições económicas e financeiras”.

Introdução da língua portuguesa no ensino tunisino

Portugal e a Tunísia assinaram um conjunto de acordos, no final da III Cimeira Luso-Tunisina, incluindo um memorando de entendimento sobre a introdução do português como língua estrangeira de opção curricular no ensino tunisino. Os governos dos dois países assinaram protocolos de cooperação e memorandos em áreas como a formação turística, a saúde, o artesanato, as finanças, a protecção do consumidor, o desporto e o comércio externo.

Na declaração conjunta que resultou desta cimeira, os governos português e tunisino destacam o acordo em matéria de comércio bilateral e é referida a “possibilidade de estabelecimento de uma linha de crédito até ao montante de 20 milhões de euros”.

O Primeiro-Ministro português considerou que este é o momento para “dar um novo impulso” às relações económicas bilaterais, “ultrapassada a fase mais difícil de transição política na Tunísia”.

Passos Coelho congratulou-se com a perspectiva de um acordo de comércio livre entre a Tunísia com a União Europeia. Antes, o líder do Governo referiu que a Tunísia “marcou o início do período histórico que ficou conhecido como a Primavera Árabe” e foi “um país pioneiro na vaga recente de mudanças políticas, como Portugal o foi nos anos 70”.

O Primeiro-Ministro português felicitou o povo da Tunísia por, “ainda mais num contexto regional bastante difícil e complexo, ter voluntariamente optado pela edificação instituições livres e democráticas”.



Mais descentralização

O presidente do PSD quer aprofundar o processo de descentralização nos próximos anos, atribuindo mais poderes e mais competências aos municípios. Há matérias que têm de ser decididas fora de Lisboa e nuns casos as autarquias, noutros as comunidades intermunicipais deverão vir a conhecer uma maior atribuição e competências num futuro próximo, defendeu.

Pedro Passos Coelho falava, em Mogadouro, na sessão de encerramento da convenção autárquica do PSD e do CDS-PP do distrito de Bragança, dia 30, em que começou por elogiar a “experiência autárquica extremamente positiva” dos dois partidos. Esta experiência capacita os autarcas, no entender de Passos Coelho para “uma liderança maior” em áreas como a saúde, a educação e dos apoios sociais.

O presidente do PSD apontou ainda que os municípios estão hoje mais apetrechados e aptos a receber essas competências. Passos Coelho fez um discurso de 40 minutos em torno do balanço dos últimos quatro anos do Governo de coligação PSD/CDS-PP que lidera e afirmou que os tempos difíceis que o país atravessou foram também superados “porque houve uma boa conjugação entre administração central, administração local e as instituições sociais.

O líder do PSD dirigiu-se ainda àqueles que julgavam que o Governo ia ser mal sucedido” para afirmar que “calcularam mal”. “Apesar das dificuldades que eles levantaram, esta história acabou bem”, enfatizou.

Passos insistiu que o que o seu Governo fez “resultou de um modelo que não era sustentável” e “regressar a esse modelo é não só persistir num erro, como condenar o país a repetir o mesmo custo”. “Hoje sabemos-lo de experiência que pode ser

observada, como certa orientação política pode em matéria económica ter um custo muito maior”, afirmou, apontando como “em seis meses, a Grécia está outra vez à beira do abismo financeiro”.

“Depois de cinco anos de políticas cheias de dificuldade, como foi possível regressar a um tempo em que em vez de excedentes orçamentais parece haver défice, em que a economia em vez de estar a crescer está outra vez em recessão, em que não há dinheiro em lado nenhum e suspeita-se que a breve prazo não haverá dinheiro para pagar salários”, concretizou.

Ligação de avião entre Bragança e Algarve regressa no Verão

O Primeiro-Ministro declarou que espera que a nova ligação aérea entre Bragança e o Algarve esteja a funcionar já no Verão. A fase de apresentação de propostas terminou a 28 de maio e apenas uma empresa avançou, a Aerovip, que já fazia a carreira aérea Bragança/Vila Real/Lisboa suspensa em 2012 com o argumento de que a Bruxelas não autorizava o modelo de financiamento que vigorou durante 15 anos. Está previsto que o avião regresse nos mesmos moldes de financiamento, mas com um percurso diferente do anterior que vai de Bragança, a Vila Real, Viseu, Tires e Portimão.

O Primeiro-Ministro declarou, à margem de uma visita à Expo Trás-os-Montes, que espera que o avião regresse no verão, admitindo que “foi um processo demorado, mas finalmente foi possível lançar o concurso depois de cumprir todos os requisitos com a Comissão Europeia”. “Espero que esta ligação esteja

a funcionar e que finalmente as pessoas de todas estas regiões tenham a possibilidade de retomar uma ligação que fazia realmente muita falta, mas que nós não conseguimos que estivesse operacional mais cedo”, declarou. A adjudicação do serviço ainda está pendente do visto do Tribunal de Contas. A carreira aérea será subsidiada durante três anos com 7,8 milhões de euros atribuídos directamente à operadora.

Contributo para aperfeiçoar as instituições europeias

Pedro Passos Coelho confirmou que enviou a Bruxelas um contributo para aperfeiçoar as instituições europeias e para que possam funcionar melhor no futuro. O líder do executivo respondia aos jornalistas, em Bragança, à margem de uma visita à Expo Trás-os-Montes, sobre uma notícia divulgada hoje pelo jornal Público que dava conta de que Passos mudou de discurso e defende maior integração económica e política na contribuição para a reforma da zona Euro enviada a Bruxelas. “O que o Governo, através de mim, apresentou ao presidente da Comissão Europeia foi uma proposta que visa contribuir para a nossa discussão, em Conselho Europeu, sobre o futuro da União Económica e Monetária”, declarou.

Pedro Passos Coelho afirmou que essa contribuição portuguesa tem sido apresentada por ele “ao longo de muitos meses e foi objecto até de comunicações, quer em Portugal, quer fora”. “A minha expectativa é que aproveitemos estas lições da crise para gerir melhor as situações futuras, para dar alguma estabilidade à zona euro, desde logo, mas também aperfeiçoar as nossas instituições europeias”, continuou.

Para o Primeiro-Ministro, existem agora “condi-



porque PSD e CDS-PP ainda estão a prepara dentro da coligação essa discussão. Porém, adiantou que “é pouco provável que haja uma solução muito definida”, na medida em que defende que qualquer proposta pré-eleitoral não deve “comprometer a possibilidade de construir uma solução alargada”.

O Primeiro-Ministro vincou que o Governo se comprometeu, “dentro do Programa de Estabilidade que apresentou em Bruxelas, com um resultado que ajude a equilibrar o orçamento da Segurança Social e alguma medida terá de ser encontrada nesse sentido”. “Já o repeti várias vezes: temos um problema, não vale a pena fazer de conta, temos de o resolver, a melhor forma de o fazer é num entendimento alargado”, insistiu.

“Iremos bater-nos nestas eleições pelo futuro de Portugal”

O presidente do PSD afirmou, em Vila Real, que as eleições legislativas ainda não estão decididas e garantiu que não tem medo de confrontar ideias com a oposição. Falando na sessão de encerramento do 1.º Congresso Distrital dos Autarcas de Vila Real, Passos Coelho salientou que, até às eleições, a coligação terá que “trabalhar muito” e sublinhou que o Governo

ções de fazer a avaliação de como é que funciona a moeda única e tirar algumas conclusões”. “O que nós pretendemos é tirar a nossa conclusão desse processo e contribuir para que a União Económica e Monetária possa funcionar melhor para futuro como eu estou convencido que pode funcionar”, afirmou.

Governo compromete-se com o equilíbrio do orçamento da Segurança Social

O programa eleitoral da coligação não deverá conter uma solução “muito definida” para as pensões para não comprometer um futuro entendimento com o PS sobre a reforma da Segurança Social. O chefe do Governo ressaltou, à margem de uma visita à Expo Trás-os-Montes, em Bragança, que ainda não sabe responder sobre eventuais cortes nas pensões





PSD/CDS-PP se conseguiu “livrar das pragas” dos que não queriam que o país saísse da “espiral recessiva”.

“Pergunto-me se aqueles que não acreditaram ou se até acharam que não era mau para as eleições que nós tivéssemos falhado, se hoje não estariam em melhor posição para olhar para as eleições se nos tivessem ajudado em todo este processo”, frisou.

Mas como “escolheram não o fazer, hoje andam a ver se acertam com as sondagens e com os líderes para ver se, agora sim, conseguem dar brio à oposição e apresentarem-se como vencedores antecipados das eleições”, disse Pedro Passos Coelho.

Pedro Passos Coelho afirmou que governou “sempre a olhar para os mais vulneráveis” e frisou que “durante os anos de escassez” o Governo conseguiu preservar a “coesão social”.

“Precisamos de nos concentrar nesse diálogo com os portugueses, falando-lhes do futuro bem como no que fizemos, mas dizendo à oposição que não temos medo de confrontar as nossas ideias com as deles”, frisou.

Passos Coelho disse ainda que sabe o que “eles propõem”. “Conhecemos de experiência feita a que é que aquela estratégia conduz, iremos bater-nos nestas eleições pelo futuro do país como nos batemos nestes quatro anos, pensando que a popularidade não é tudo e que nós devemos a verdade ao país e o trabalho com humildade”, sublinhou.

O líder social-democrata referiu que a “cada dia que passa” o país percebe que “não quer voltar para trás e de que é preciso colocar objectivos progressivamente mais ambiciosos à frente”. “Esses objectivos

estão ao nosso alcance, não precisamos de dar passos mais largos do que a nossa perna para chegarmos ao dia das eleições e podermos, de consciência tranquila, dizer aos portugueses cumprimos com aquilo que era a nossa obrigação, tiramos o país da banca rota”, destacou. Mas, acrescentou, a função deste Governo não é apenas “a de limpar a casa por quem a estragou, não é de recuperar as finanças quando deram o precipício, é também a de poder crescer, ter mais emprego, mais justiça e mais igualdade de oportunidade”. “Esse foi sempre o nosso programa e tenho cada vez mais confiança de que o conseguiremos executar em cada vez melhores condições”, sustentou.

Passos Coelho aproveitou ainda este congresso em Vila Real, onde exerceu o cargo de presidente da Assembleia Municipal, para elogiar o trabalho desenvolvido pelos autarcas do PSD.





O Primeiro-Ministro em visita oficial

Passagens aéreas mais baratas e revisão das condições financeiras à Madeira

O Primeiro-Ministro e o presidente do Governo Regional da Madeira anunciaram um novo regime para as ligações aéreas entre o continente e a Madeira, com custos baseados na distância entre os dois territórios. “Nesta sessão de trabalho da manhã fechámos um conjunto de dossiês importantes, dois relativos aos transportes e ao princípio da continuidade territorial, que é essencial para a nossa região autónoma, ultraperiférica, e outra relativa ao fundo coesão regional”, afirmou o presidente do Governo Regional da Madeira durante uma conferência conjunta, após a reunião que manteve com o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, na sede da presidência do executivo insular, na Quinta Vigia,

Miguel Albuquerque especificou que, em matéria de transportes aéreos, “ficou acordado enquadrar o novo regime entre a Madeira e o continente semelhante ao da Região Autónoma dos Alores, mas proporcional ao número de milhas ou quilómetros” entre os dois territórios. O presidente do governo regional adiantou que será estabelecido “um novo tecto para residentes e doentes em 86 euros e para estudantes em 65 euros”, assegurando que “este dossiê ficará encerrado antes do termo da presente legislatura” do Governo da República.

Quanto à ligação marítima, uma das reivindicações do executivo regional, Miguel Albuquerque apontou ter ficado “decidido avançar desde já com uma equipa técnica conjunta entre os dois governos no sentido de preparar um concurso internacional”, que fará uma consulta sobre a situação do porto de saída e de chegada do ferry e os apoios à mobilidade para os passageiros e carga agregada.

Na reunião entre os responsáveis dos governos central e regional, ficou ainda “assumido” que será desbloqueado ainda este ano o Fundo de Coesão Regional, “que ascende ao valor de 43 milhões de euros”.

Sobre este fundo, o Primeiro-Ministro complementou que “nunca tinha sido utilizado” e “passa a ser destinado para abater dívida do passado”, numa atitude de “colaboração do Governo Regional da Madeira para que essas transferências não viessem a ter um impacto negativo sobre o défice nacional”.





Disponibilidade da República em reconsiderar as condições dos empréstimos à Madeira

O Governo da República está disponível para reconsiderar as condições de reembolso dos empréstimos feitos à Madeira, referindo que o executivo regional suscitou especialmente a questão dos prazos de reembolso. “Estamos disponíveis para poder reanalisar as condições de financiamento e de reembolso dos empréstimos à Madeira. Não fechámos hoje nenhuma solução. Creio que o próprio Governo Regional está a estudar essa matéria”, afirmou Pedro Passos Coelho

aos jornalistas, na Quinta Vigia, no Funchal, sede do executivo madeirense. “Estamos disponíveis para reconsiderar essas condições, se isso for importante para melhorar as perspectivas de retorno a mercado [da Madeira]”, reforçou.

Por sua vez, o presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, afirmou a intenção de “já neste segundo semestre realizar uma operação de financiamento em mercado”, para “instauração da confiança junto das instâncias financeiras nacionais e internacionais”, e confirmou que atribuiu prioridade à extensão dos prazos de reembolso. “A extensão do prazo de maturidade da dívida por exemplo a sete anos significaria para a região uma poupança de entre

20 a 24 milhões de euros por ano, enquanto que uma redução dos juros significaria apenas, na melhor das hipóteses, uma poupança de 1,2 milhões por ano”, apontou Miguel Albuquerque. “Esta é uma matéria que estamos a negociar e com certeza será considerada pelo Governo da República, como já afirmou o senhor primeiro-ministro”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro iniciou a sua primeira visita oficial à Região Autónoma da Madeira, na segunda e terça-feira. Acompanharam também Passos Coelho nesta visita de dois dias os ministros da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Guedes, e da Economia, António Pires de Lima, e o secretário de Estado das Finanças, Manuel Rodrigues.

PSD está empenhado no projecto europeu

Para o vice-presidente coordenador do PSD, “há um alinhamento entre o Syriza e o PS” na ideia de que se deve combater a Europa, que os sociais-democratas rejeitam “completamente”. Em declarações aos jornalistas após uma reunião com o comissário europeu Carlos Moedas, dia 26, em Bruxelas, o porta-voz dos sociais-democratas disse que o objectivo do encontro foi, cumprido um ano sobre as últimas eleições europeias, “falar sobre algumas matérias que para o PSD são essenciais, desde logo demarcar-se completamente da atitude que o PS tem tido em Portugal” relativamente à União Europeia.

Referindo-se a uma entrevista recentemente concedida pelo secretário-geral do PS, na qual António Costa afirmou que o partido grego de esquerda Syriza tem combatido a Europa de “uma forma tonta” desde que assumiu o poder, o porta-voz do PSD comentou que “o que está em causa” é que há um “alinhamento de uma ideia de combate à Europa” entre os socialistas portugueses e o Syriza, havendo apenas diferenças na forma como esse combate deve ser feito.

“Há um alinhamento entre o Syriza e o PS de que se deverá combater a Europa. Nós temos uma visão completamente contrária, temos uma visão de continuar a construir o projecto europeu, e o nosso compromisso é absoluto com o projecto europeu (...) Nós não queremos combater a Europa no PSD, nós, no PSD, queremos construir uma Europa mais coesa, mais solidária, e não uma Europa de combate de uns contra os outros, não é esse o projecto europeu”, declarou.

Questionado sobre as longas negociações que ainda decorrem com vista a encontrar uma solução para a Grécia, Marco António Costa afirmou que, “desde a primeira hora, o PSD disse que era importante que o governo grego conseguisse encontrar um registo de confiança na relação que viesse a estabelecer com as autoridades europeias”, mas aquilo a que se assistiu foi uma atitude “irrealista” do governo formado pelo Syriza. “Esta tal ideia de combate irrealista que o governo grego quis trazer para este debate no projecto europeu foi tempo perdido para a Europa e tempo perdido para os gregos”, comentou, acrescentando que é desejo de todos “que seja possível encontrar uma solução no curto prazo, e que neste caso tem que ser mesmo muito curto”, face à situação de quase-ruptura dos cofres públicos da Grécia, que, no entanto, tem que dar garantias de reformas aos seus parceiros e credores.

Relativamente à reunião mantida com o comissário português que tem a seu cargo a pasta da Investigação, Ciência e Inovação, o dirigente do PSD referiu que discutiu com Carlos Moedas questões ligadas à investigação e o desafio que Portugal tem no sentido de “incentivar e motivar muitos dos agentes científicos portugueses e instituições a concorrerem ao programa Horizonte 2020 para obterem apoio, e também utilizar fundos estruturais, nomeadamente de apoio às Pequenas e Médias Empresas” (PME).

De acordo com Marco António Costa é “fundamental uma ligação estratégica entre (os programas) Horizonte 2020 e Portugal 2020”, para tornar as PME portuguesas mais competitivas, e resolver simultaneamente, aquele que, indicou, será um “problema central” das preocupações do PSD “na próxima legislatura, que é objectivamente o emprego”.

Coligação estima gastar menos 40 por cento que em 2011

O PSD e CDS-PP comprometeram-se a fazer uma campanha para as legislativas de “poupança e pela positiva”, avançando que estimam gastar cerca de 2,8 milhões de euros, menos 40 por cento face ao que conjuntamente gastaram em 2011.

Falando numa conferência imprensa conjunta com o vice-presidente do CDS-PP, dia 27, Marco António Costa adiantou que a coligação PSD/CDS-PP estima uma poupança de cerca 1,8 milhões de euros face às legislativas de 2011, em que gastaram aproximadamente 4,6 milhões de euros. De acordo com Mota Soares, será uma “campanha poupada e pela positiva”.

Os dirigentes falavam na sede do CDS-PP, em Lisboa, à margem de uma reunião entre dirigentes distritais e directores de campanha de ambos os partidos.

“O país viveu tempos muito difíceis, temos de ter uma atitude de respeito pelos portugueses que fize-

ram sacrifícios e passaram por tempos difíceis. Para esclarecer as pessoas não é preciso muita propaganda. Aliás, já passaram os tempos de quem fazia propaganda, vendia ilusões, mas que se vinham a verificar impossíveis”, declarou Mota Soares.

Questionados relativamente à utilização de ‘outdoors’, foi Marco António Costa quem respondeu, afirmando que está no terreno “uma rede muito diminuta de ‘outdoors’”. “Nós sentimo-nos inferiorizados pelo pequeno número de ‘outdoors’ que temos pelo país face a outros partidos mas estamos satisfeitos com esse nosso sentimento de inferioridade”, acrescentou Marco António Costa.



Programa eleitoral no final de Junho



A coligação tenciona apresentar “brevemente” as bases programáticas com que se apresentará às legislativas, e o programa eleitoral “mais no final do mês de Junho”, revelou ainda Marco António Costa. “Nós tencionamos apresentar brevemente as bases programáticas, estão a ser trabalhadas com toda a serenidade, e o programa definitivo mais no final do mês de Junho, depois de um trabalho de debate com a sociedade portuguesa”, declarou Marco António Costa, numa conferência de imprensa conjunta com o vice-presidente do CDS-PP Pedro Mota Soares, na sede nacional dos centristas, em Lisboa.

O vice-presidente do PSD contestou que a coligação entre sociais-democratas e centristas esteja atrasada em relação a outras forças políticas no que respeita à apresentação das suas linhas programáticas, e sustentou, pelo contrário, que foram “os primeiros a apresentar um programa e um projecto”: o Programa de Estabilidade que o Governo submeteu a Bruxelas. “Nós fomos os primeiros a apresentar um programa e um projecto. O Programa de Estabilidade que foi apresentado pelo Governo não é um documento que seja órfão. É um documento que mereceu a vinculação dos dois partidos da maioria, a vinculação total a esse documento. E, portanto, nós fomos os primeiros, com clareza e transparência, a apresentar aquilo que considerávamos que eram as linhas mestras de um programa futuro e que mais do que o aprovar no Governo e discutir na Assembleia da República fizemos questão, os dois partidos, de publicamente o vincularmos a ele e enviarmos para Bruxelas”, disse.

Nas suas declarações à comunicação social, à margem de um encontro entre dirigentes do PSD e do CDS-PP, Marco António Costa acusou o PS de ter apresentado dois documentos programáticos com “contradições” e “evoluções muito significativas”.

Com a coligação PSD/CDS-PP “não haverá estes zi-



quezagues nem estas hesitações”, acrescentou. “Cada proposta que seja apresentada será uma proposta que nos vincula e que cumprimos religiosamente”, reforçou, considerando que, “aliás, será interessante fazer um balanço oportunamente do cumprimento do Programa do Governo”.

No início desta conferência de imprensa, Marco António Costa referiu: “Eu julgo que já lá vão muitos anos desde que um dirigente veio ao Largo do Caldas e, portanto, para mim é uma satisfação, para mim e para os outros dirigentes do PSD, podermos estar cá hoje”.

Associação Sindical dos Juízes pede um “pacto para a justiça”

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses propôs ao PSD um “pacto de regime” para a justiça, que os sociais-democratas acolheram, considerando a proposta uma validação das reformas efectuadas pelo Governo na área. “Quisemos apresentar um projecto no qual queremos começar a trabalhar para a justiça. Queremos tirar a justiça do plano partidário e pormos a justiça no plano suprapartidário, apelando a todos os partidos políticos que entrem num diálogo alargado e seja possível um pacto para a justiça”, disse à Lusa Maria José Costeira, presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

A associação esteve reunida dia 29, em Lisboa, num encontro a pedido da estrutura representativa dos juizes, cuja direcção tomou posse recentemente, tendo proposto reuniões a todos os partidos com representação parlamentar.

“A justiça é um pilar do Estado Direito, é suprapartidária, deve ser tratada em termos de consensos alargados. Tudo o que seja uma questão de fundo relacionada com a justiça deve ser tratada com o maior consenso político e não se fazerem grandes reformas ou alterações ao sistema sem um consenso alargado”, sublinhou Maria José Costeira.

A associação foi recebida pelo vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional e porta-voz do PSD, Marco António Costa, e pela vice-presidente do partido Teresa Leal Coelho.

Teresa Leal Coelho considerou a proposta da Associação Sindical dos Juizes como um voto de confiança na “reforma profundissima” que considera ter sido feita nos últimos quatro anos, para “que não venha a ser destruída no futuro precisamente por os ciclos eleitorais poderem trazer recuos ou tentativas de marca própria no sector da justiça”.



“A associação tem a pretensão de, em Outubro, deste ano apresentar um balanço da reforma e vem, antes das eleições manifestar esta preocupação de que as reformas já introduzidas possam ser corrigidas no que há a corrigir mas que não sejam desmontadas, destruídas”, declarou.

A conclusão até ao final da legislatura do estatuto

dos magistrados judiciais e a reforma dos tribunais administrativos e fiscais foi outra das expectativas expressas pela estrutura representativa dos juizes.

Quanto a um pacto de regime para o sector, Teresa Leal Coelho sublinhou que “é um apelo que o PSD recebe muito bem, tem essa responsabilidade, já deu provas no passado e manterá essa posição”.

Abertura de 20 a 25 novas unidades de saúde familiar



O ministro da Saúde estima que este ano abram entre 20 a 25 novas unidades de saúde familiar (USF), que estão já dentro do orçamento previsto para as administrações regionais de Saúde. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), apresentado em Lisboa, sugere a Portugal uma aposta nas USF, para que toda a população tenha o mesmo tipo de qualidade de tratamento ao nível dos cuidados de saúde primários.

O ministro Paulo Macedo admitiu que há “uma assimetria em termos de resultados” no que respeita aos cuidados de saúde primários (USF ou tradicionais centros de saúde) e comprometeu-se a “continuar um esforço de abertura de USF”.

Contudo, avisou que é preciso “mais rigor” na abertura de novas unidades, citando a esse propósito recomendações do Tribunal de Contas.

Das 38 candidaturas existentes, o ministro admitiu que abram ainda em 2015 entre 20 a 25 novas USF, indicando que algumas das candidaturas estão ainda pendentes do recrutamento de pessoal, de obras ou da conclusão de especialidades por parte dos médicos.

Paulo Macedo sublinhou ainda que actualmente há menos candidaturas a USF do que no início da reforma, há cinco anos, mas, ainda assim, nos últimos quatro anos foram abertas mais de 100. “O PS propõe abrir 100 unidades na próxima legislatura, quando nós, neste período de crise, abrimos mais de 100”, afirmou aos jornalistas à margem da apresentação do relatório da OCDE.

Sobre o documento, Macedo sublinhou a avaliação “extremamente positiva” sobretudo por analisar um período de crise financeira e restrições orçamentais.

Em relação às falhas apontadas, o ministro considerou o número de recomendações feitas a Portugal foi semelhante ao de outros países, como Dinamarca ou Noruega.

A OCDE sugeriu a Portugal uma “reflexão estratégica” na área dos cuidados de saúde primários, sobretudo no que respeita ao equilíbrio entre os tradicionais centros de saúde e as unidades de saúde familiar, de forma a garantir que a “os cuidados de elevada qualidade são acessíveis a toda a população portuguesa”.

Fundos comunitários só terão sucesso se reformarem o Estado e a economia

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, afirmou, no Porto, que a utilização dos próximos fundos comunitários só terá sucesso se servir para reformar o Estado, a economia e a sociedade. O "Portugal 2020 não é apenas um instrumento que deve ter sucesso em si mesmo quanto à forma com que vamos utilizar os fundos para garantir a transformação da economia, do Estado e da sociedade, mais do que isso, só terá sucesso se servir para transformar a globalidade dos nossos processos de decisão, quer no sector público, quer no sector privado", disse o governante durante a conferência "Avaliação do Portugal 2020: das lições da experiência aos novos desafios".

Segundo o ministro, os fundos europeus têm de ser um instrumento de melhoria da qualidade da democracia, cujo sucesso se medirá pela capacidade que o país tiver em utilizá-los para fazer face aos desafios que enfrenta nos próximos anos. "A melhor medida do sucesso do próximo quadro comunitário seria chegarmos a 2020 e termos um volume de fundos europeus para o quadro seguinte muito mais baixo do que este", frisou.

Se isto se verificar, Miguel Poiars Maduro acredita que Portugal seria, na maior parte das regiões, senão em todas, já não um país de convergência, mas um país desenvolvido ou, pelo menos, em transição.

O ministro lembrou que os fundos europeus não podem ser "um bolo que se divide às fatias e que cada um gasta como entende" e que têm de ter prioridades claras.

Poiars Maduro lembrou ainda que os fundos não devem servir para alimentar apenas as políticas públicas existentes, mas sim para mudar a sua qualidade.

"Os fundos devem servir para melhorar a qualidade dos processos de decisão, desde o processo legislativo à administração pública, sendo o instrumento mais poderoso para reformar o Estado, a economia e a sociedade", considerou.

Na opinião do governante, as condições de vida no país são hoje "extraordinariamente melhores" graças aos fundos comunitários.

Contudo, Poiars Maduro admitiu que Portugal não conseguiu ultrapassar determinados desafios aos longos destes anos, não tendo a "capacidade plena" de utilizar

os fundos para vencer desafios de competitividade, num contexto de uma economia aberta e global. "Não conseguimos, ao longo de anos, vencer problemas de décadas do país que fazem com que Portugal tenha sido e continue a ser, apesar de recentemente ter evoluído positivamente nesses índices, um dos países mais desiguais da Europa e com menos mobilidade social", salientou.

Neste quadro comunitário, o governante realçou que não basta definir como prioridades a competitividade, a internacionalização da economia, a inclusão social e o emprego, mas é "fundamental" estruturar os fundos e ser consequente na sua execução.

Poiars Maduro considera positivo projecto de lei sobre cobertura das eleições pelos media

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional classificou de "extremamente positivo" o projecto de lei sobre cobertura das eleições pelos media, que pretendeu "ir o mais longe possível na protecção e no respeito da liberdade editorial".

O projecto de lei que define a cobertura das eleições pelos media, da iniciativa da maioria PSD/CDS-PP, conhecido na segunda-feira, prevê a existência de debates que incluam todas as forças políticas com representação no órgão ao qual se candidatam.

"Só ouvi as declarações dos deputados a esse respeito, que vão no sentido, que me parece extremamente positivo, de que o que se pretendeu foi o ir mais longe possível na protecção e no respeito da liberdade editorial", afirmou na segunda-feira à noite Miguel Poiars Maduro.

O ministro falava aos jornalistas à margem do jantar-debate organizado pela direcção da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social (CPMCS) subordinado ao tema "Desafios do Portugal 2020 para a Comunicação Social".

"Sabemos, no entanto, e os deputados que trabalharam nisto seguramente, que há interpretações dos tribunais que estabelecem certos condicionalismos na base daquilo que os tribunais entendem ser as obrigações de

tratamento igualitário entre as candidaturas que decorre da Constituição", acrescentou.

"Essa interpretação dos tribunais deverá ter sido atendida. Aquilo que eu vi, não tendo lido a proposta porque ela foi apresentada hoje mesmo [segunda-feira]" é que esta "procura o mais possível, respeitando aquilo que são as indicações que resultam da jurisprudência dos tribunais quanto às obrigações constitucionais, promover o máximo de liberdade editorial", adiantou.

"Estou convencido de que os órgãos de comunicação social também irão respeitar e atender a isso mesmo e espero que isso possa tranquilizar e permitir uma muito melhor cobertura das campanhas eleitorais como tivemos em tempos recentes", sublinhou Miguel Poiars Maduro.

"Acho que a lei em vigor, tal como interpretada, criava restrições excessivas à liberdade editorial dos órgãos de comunicação social", pelo que "passos positivos que possam ser dados a esse respeito parecem-me que devem ser bem acolhidos", considerou.

Em relação à televisão digital terrestre, o ministro lembrou que o regulador das telecomunicações Anacom "colocou em marcha um programa para alargar e melhorar o grau de cobertura", mas "há a preocupação de algumas pessoas que esse programa não tem a velocidade suficiente".

Por isso, "vamos se a Anacom pode acelerar isso, mas isso é competência do regulador", na qual "não vou interferir", disse.

O segundo problema é a oferta de canais, "essa questão é muito condicionada porque a TDT foi mal desenhada e implementada no início", pelo como diz o ditado "aquilo que nasce torto, tarde ou nunca se endireita", disse.

"Os problemas que isso cria é que esse regime instituiu um conjunto de obrigações e de direitos, por exemplo do gestor da rede, dos operadores televisivos existentes, que num contexto de alargamento de futuros concursos têm de ser atendidos. Portanto, não é fácil decidir agora que vamos criar uma TDT nova", explicou.

"Temos vindo a conversar com os diferentes atores e temos um grupo de trabalho no sentido de o mais possível desenhar uma ou mais alternativas que sejam viáveis, mas não é fácil, já reconheci isso, há um nó que é jurídico desde logo, que não é fácil de desatar nesta matéria", disse.

"Precisamos realmente em Portugal de ter um regulador conjunto dos conteúdos e das comunicações, acho que temos de evoluir para uma fusão entre a ERC [Entidade Reguladora para a Comunicação Social] e a Anacom [Autoridade Nacional das Comunicações]. É um modelo que cada vez mais está a ser adotado na Europa", reiterou o governante.

Miguel Poiars Maduro lembrou que este é um tema que já defendeu publicamente e que tentou perceber se o PS tinha abertura nesse sentido, mas nessa altura não houve "manifestação de abertura".

Apesar de achar que esta é uma matéria que "não será viável nesta legislatura", considerou que na próxima deveria ser "uma prioridade" a fusão dos dois reguladores, já que isso iria facilitar a resolução de alguns problemas, "incluindo as questões relacionadas com a TDT".

Poiars Maduro considerou ainda que Portugal tem espaço para mais canais em sinal aberto [ou gratuitos], referindo que a "TDT só tem viabilidade com muitos canais abertos".



PIB aumenta 1,5 por cento no primeiro trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, um aumento de 1,5 por cento em volume no 1º trimestre de 2015, que compara com a taxa de 0,6 por cento observada no trimestre anterior. Comparativamente com o trimestre anterior, o crescimento foi de 0,4 por cento em termos reais (variação idêntica à registada no 4º trimestre). O contributo da procura interna foi positivo, reflectindo o crescimento do Investimento e do consumo privado, enquanto o contributo da procura externa líquida foi negativo. A procura externa líquida passou de um contributo para a variação homóloga do PIB de -1,0 pontos percentuais (p.p.) no 4º trimestre para um contributo nulo no 1º trimestre. Esta evolução reflectiu a aceleração das Exportações e o abrandamento das Importações de Bens e Serviços em volume. A melhoria do saldo externo de bens e serviços deveu-se também a um ganho dos termos de troca significativo e superior ao observado no trimestre precedente. A procura interna registou um contributo positivo ligeiramente menos significativo no 1º trimestre, de 1,5 p.p. (1,6 p.p. no 4º trimestre), reflectindo o acentuado contributo negativo da Variação de Existências.

Cláudia Monteiro de Aguiar sentou à mesa pioneiros da Economia Partilhada



A eurodeputada Cláudia Monteiro de Aguiar juntou dia 26 de Maio, pela primeira vez, no Parlamento Europeu, pioneiros da denominada Economia Partilhada ("Sharing Economy") para debater, em mesa redonda, os desafios e as oportunidades para o sector do turismo. Além dos representantes da Uber, Airbnb, Bla Bla Car e Trip4real, estiveram também presentes membros da Comissão Europeia, responsáveis pela Direcção-Geral dos Transportes e do Turismo e do Crescimento, a Associação Europeia dos hotéis, dos guias turísticos, dos taxistas, e das agências de viagens, e representantes de distintas regiões Europeias, como França, Itália e Espanha.

Numa altura em que vários dos serviços prestados por estas "start-ups" da Economia Partilhada são postos em causa, a Deputada do PSD sublinha que "este é o momento oportuno para discutirmos entre instituições europeias, o conceito e o modelo empresarial suportado pela economia-partilhada. Não podemos banir simplesmente este tipo de empreendedorismo, estes novos modelos de negócio sobretudo numa Europa que se pretende que

seja uma verdadeira 'startup nation'". Cláudia Monteiro de Aguiar destacou ainda que "a revolução digital que hoje vivemos veio potenciar o desenvolvimento destas 'start-ups', consideradas disruptivas. O que é urgente, e é para isso que temos de trabalhar todos em conjunto, é que se encontre um enquadramento jurídico e legal que permita a coexistência das empresas tradicionais com estas novas plataformas e modelos de negócio."

No decorrer do debate, Portugal surgiu como um exemplo de vanguarda no caso da "liberalização do arrendamento de casa de particulares" mas há ainda outras questões que devem ser asseguradas nos diversos Estados-Membros. Cláudia Monteiro de Aguiar afirma "que é necessário criar regulamentação proporcional que acomode estes serviços, tendo em conta as regras da concorrência, porque só assim podemos estimular a inovação, proteger os consumidores e o tecido empresarial."

Numa altura em que a Comissão Europeia apresenta uma Estratégia para o Mercado Digital este é o primeiro

debate realizado no Parlamento Europeu que pretende influenciar e apresentar medidas concretas a serem utilizadas pela "task force" da Economia Partilhada, criada no seio da Comissão Europeia.

Neste âmbito e segundo Cláudia Monteiro de Aguiar "os contributos deste debate são uma mais-valia e serão enviados à Comissão Europeia, por escrito, num documento de iniciativa que force a aplicabilidade e as melhores práticas em cada Estado-Membro".

No final a Deputada Monteiro de Aguiar afirmou "que este debate serve para olharmos a Economia-Partilhada nos diversos sectores, desde mobilidade e transportes passando pelo turismo. Precisamos fazer a análise das oportunidades, que permite, o consumo mais sustentável, como também os benefícios reais que estes modelos disruptivos trazem às economias locais e aos cidadãos. É preciso debater e aprofundar esta temática da economia partilhada que é já um sector turístico que ronda os 40 mil milhões de euros".

PSD dos Estados Unidos celebra Dia de Portugal em Mineola

O PSD/EUA, ao festejar 40 anos ao lado dos portugueses na América, juntou-se à festa da portugalidade nas celebrações do Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas, que se realizaram em Mineola, Long Island no estado de Nova Iorque.

As festividades começaram junto ao Clube Português da localidade, onde o Senador estadual luso-americano Jack Martins e vários membros de organizações e associações portuguesas deram as boas-vindas a Teresa Morais, acompanhada pela deputada Maria João Ávila e pelo presidente da Secção norte-americana do PSD.

Na sua intervenção, Maria João de Ávila saudou todos os portugueses pela iniciativa que congrega as associações portuguesas de Long Island, na realização das festividades, para as quais o PSD-EUA foi convidado: "É ao ver estas manifestações de grande portugalidade que sinto orgulho de ser portuguesa, é por isso que todos os dias trabalhamos na Assembleia da República, por causas próprias e justas. Porque só quem é emigrante, consegue viver e sentir a emigração" referiu a deputada do PSD.

Já Mário Filipe Marques dedicou o dia apelando aos portugueses para votarem nas próximas eleições, porque "o futuro de Portugal está nas nossas mãos e é necessário votarmos para não deixarmos que outros decidam por nós", adiantou o presidente do PSD-EUA, sublinhando a importância do recenseamento eleitoral.

A secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, enalteceu o papel das comunidades portuguesas na projecção de Portugal no mundo, e o esforço e o trabalho destas comunidades, reconhecidas com mérito por todos e pelas autoridades dos países de acolhimento, como é caso dos portugueses nos Estados Unidos.

As festividades começaram com um desfile de carros alegóricos que percorreram várias artérias de Mineola, terminando no Wilson Parque, espaço recreativo desta vila de Long Island, onde também aconteceu um arraial popular com petiscos tradicionais e muita música portuguesa, além da actuação de grupos etnográficos, os tradicionais ranchos folclóricos.



Conselho de Ministros de 28 de Maio de 2015



1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta lei de revisão da Lei-Quadro das Fundações. Esta proposta visa integrar ajustamentos para a resolução de dúvidas, bem como agilizar procedimentos. Pretende-se prosseguir o trabalho iniciado há três anos, quando da aprovação da Lei-Quadro das Fundações, assegurando um enquadramento estável e transparente ao universo fundacional.

No domínio das fundações privadas, para além de alterações motivadas pela necessidade de tornar mais claro o regime que lhes é aplicável (nomeadamente, no que se refere ao limite de despesas) e de acentuar o respeito pela vontade do fundador e pela autonomia das fundações, introduzem-se alterações no procedimento de reconhecimento das fundações, prevendo-se a possibilidade de seguir uma tramitação simplificada, com prazos mais curtos de apreciação e decisão.

Altera-se também o procedimento de reconhecimento das fundações sujeitas a regimes especiais (as fundações de solidariedade social, as fundações de cooperação para o desenvolvimento e as fundações para a criação de estabelecimentos de ensino superior privados). Os pedidos das fundações privadas sujeitas a estes regimes especiais passam a ser apresentados na entidade competente para o reconhecimento, através do preenchimento de formulário electrónico, mantendo-se a obrigatoriedade de parecer favorável dos serviços competentes dos Ministérios da Solidariedade e da Segurança Social.

Aproveita-se também para alterar algumas normas da lei-quadro das fundações para dar cumprimento ao decidido num Acórdão do Tribunal Constitucional quanto às fundações de âmbito regional.

2. O Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço.

A Estratégia agora aprovada funda-se no compromisso de aprofundar a segurança das redes e da informação, como forma de garantir a protecção e defesa das infra-estruturas críticas e dos serviços vitais de informação, e potenciar uma utilização livre, segura e eficiente do ciberespaço por parte de todos os cidadãos, das empresas e das entidades públicas e privadas.

A Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço assenta sobre os princípios gerais da soberania do Estado, das linhas gerais da Estratégia da União Europeia para a Cibersegurança e na estrita observância da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais do Conselho da Europa, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, da protecção dos direitos fundamentais, a liberdade de expressão, os dados pessoais e a privacidade, e alicerça-se nos seguintes cinco pilares: subsidiariedade; complementaridade; cooperação; proporcionalidade; e sensibilização.

A Estratégia desenvolve-se nos seguintes objectivos estratégicos:

- Promover uma utilização consciente, livre, segura e eficiente do ciberespaço;
- Proteger os direitos fundamentais, a liberdade de expressão, os dados pessoais e a privacidade dos cidadãos;
- Fortalecer e garantir a segurança do ciberespaço, das infra-estruturas críticas e dos serviços vitais nacionais;
- Afirmar o ciberespaço como um domínio de desenvolvimento económico e de inovação.

3. O Conselho de Ministros aprovou a criação do Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais Tradicionais.

Este sistema de qualificação visa promover e garantir a autenticidade do artesanato, a sua genuinidade e qualidade, dando corpo a uma estratégia de valorização e credibilização das artes, ofícios e produções artesanais, enquanto plataforma de afirmação da identidade e cultura nacionais, que assenta, nomeadamente, no reconhecimento do papel fundamental que podem assumir na dinamização da economia e do emprego a nível local.

O Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais Tradicionais constitui um elemento chave na consolidação e incremento do sector do artesanato português e na criação de emprego, através da salvaguarda, da protecção, da qualificação e valorização de produtos artesanais, com referente geográfico associado à origem da respectiva produção ou ao centro difusor mais relevante, com importância cultural e patrimonial reconhecida.

4. O Conselho de Ministros aprovou a criação do Programa de Promoção das Artes e Ofícios e definiu um conjunto de modalidades de apoio no âmbito das actividades artesanais.

O Programa de Promoção das Artes e Ofícios visa renovar o apoio a este sector, através da disponibilização de um conjunto integrado de medidas, que fazem também parte do esforço mais amplo de promoção da competitividade, do emprego e da coesão económica e social do país.

Este Programa tem os 4 seguintes eixos de intervenção:

- Formação Artes e Ofícios, no âmbito do qual são concedidos apoios à formação em contexto de trabalho, visando a inserção e a reinserção profissional dos destinatários no mercado de trabalho, numa perspectiva de valorização sociocultural das profissões;

- Investe Artes e Ofícios, no âmbito do qual são concedidos apoios ao empreendedorismo, nas vertentes de apoio ao investimento na criação de novas empresas e micronegócios e criação do próprio emprego, bem como de apoio técnico à criação e consolidação dos projectos;

- Estímulo Artes e Ofícios, no âmbito do qual são concedidos apoios à criação de postos de trabalho, na vertente de apoios à contratação;

- E, por último, Promoção das Artes e Ofícios, no âmbito do qual são concedidos apoios à promoção e comercialização das produções e serviços, através do apoio à participação em feiras, certames e exposições, e ainda à respectiva organização.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei de alteração ao estabelecido para o fundo compensação do serviço universal de comunicações electrónicas, previsto na Lei das Comunicações Electrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal.

Esta alteração tem como objectivo introduzir as actualizações decorrentes do início da prestação de actividade pelos prestadores de serviço universal designados na sequência de procedimento concursal lançado em 2012 e pela mudança verificada no modelo de prestação do serviço de disponibilização de listas telefónicas e serviço informativo.

São ainda introduzidas alterações pontuais relacionadas com a informação a remeter à Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom), em caso de cessação de actividade pelas empresas obrigadas a contribuir para o fundo de compensação e com as consequências do incumprimento da obrigação de contribuir para o fundo.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao diploma que cria as secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social, define as regras especiais daquele processo e adequa a organização e a competência dos tribunais administrativos e fiscais.

É alargado o número de prestações que pode ser autorizado nos acordos de pagamento prestacional para as pessoas colectivas, verificadas as condições específicas para tal, passando-se de um limite máximo de 120 prestações para 150 prestações.

Com esta alteração pretende-se potenciar a cobrança efectiva da dívida em processo executivo com meios mais adequados para os contribuintes, para que estes possam estabilizar a sua situação financeira num momento social e económico em que a tónica é de apoio ao relançamento da economia nacional.

7. O Conselho de Ministros aprovou o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo uma directiva da União Europeia sobre esta matéria.

É feito um esforço de simplificação administrativa, através da possibilidade de integração de procedimentos. No mesmo sentido, é eliminada a obrigatoriedade de apresentação às entidades do plano de emergência interno.

Por outro lado, passa a ser necessário assegurar o planeamento de emergência interno nos estabelecimentos de nível inferior, embora com um procedimento mais simplificado que o existente para os estabelecimentos de nível superior.

8. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que cria a obrigatoriedade de consulta da Rede Operacional de Serviços Partilhados de Tecnologias de Informação e Comunicação da Administração Pública no âmbito dos procedimentos de aquisição de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, e regula a aquisição e a utilização de serviços de comunicação pela Administração Pública.

É, assim, estabelecida uma solução unificada para as comunicações na Administração Pública, de modo a reduzir a despesa pública e, em particular, a despesa pública em comunicações por voz.

Determina-se a obrigatoriedade do prévio aproveitamento da capacidade instalada na Administração Pública, nas aquisições relativas a tecnologias de informação e comunicação, através da criação da Rede Operacional de Serviços Partilhados de Tecnologias de Informação e Comunicação da Administração Pública.

9. O Conselho de Ministros determinou a adopção preferencial da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP) na troca de informação entre serviços e organismos da Administração Pública, e aprovou o regime de utilização e os níveis de serviço iAP.

A iAP, disponível no sítio www.iap.gov.pt, é uma plataforma central cujo objectivo é dotar os serviços da Administração Pública de ferramentas partilhadas para a interligação de sistemas de informação, sob a forma de serviços de interoperabilidade, tais como o serviço de integração entre sistemas de informação, os serviços para entrega e recepção de mensagens com operadores móveis e os serviços para pagamentos.

É, por isso, determinada a adopção preferencial da iAP como meio de troca de informação estruturada entre os serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado.

10. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração à composição do Conselho Consultivo da Juventude, adaptando-se este órgão às novas realidades do associativismo juvenil no que respeita a sua representatividade e intervenção social.

Este órgão consultivo do Governo deve, nomeadamente, identificar áreas de intervenção prioritária no domínio da juventude, no âmbito do Livro Branco da Juventude, bem como as áreas de intervenção no âmbito das estratégias europeias acordadas pelos Estados-Membros da União Europeia para cada decénio.

11. O Conselho de Ministros reconheceu o interesse público, de natureza cultural, científica e histórica, do imóvel ocupado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, bem como o interesse na salvaguarda da afectação daquele imóvel à actividade ali desenvolvida pela referida Sociedade desde 1897.

Nesse sentido determinou o desenvolvimento dos procedimentos necessários à salvaguarda dos interesses públicos presentes, nos termos do Código das Expropriações e da Lei de Bases do Património Cultural, interesses que permitem ao Estado operar a aquisição do imóvel, através respectiva declaração de utilidade pública.

12. O Conselho de Ministros aprovou a extinção, por fusão, do Instituto de Investigação Científica e Tropical, I.P. (IICT), bem como a orgânica da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

O IICT, I.P., é integrado, por fusão, na Universidade de Lisboa e na Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, passando as suas atribuições a ser prosseguidas por estas entidades.

13. O Conselho de Ministros aprovou, para adesão, o Protocolo de 2002 à Convenção de Atenas sobre o Transporte Marítimo de Passageiros e suas Bagagens por Mar.

Este Protocolo altera o texto da referida Convenção de Atenas no que respeita à responsabilidade da transportadora e à sua obrigatoriedade quanto à constituição de uma garantia financeira. É, assim, assegurado o aumento dos limites da responsabilidade civil subjectiva por perdas ou danos, prevendo-se situações de responsabilidade objectiva para a transportadora.

O Protocolo define, ainda, a introdução de procedimentos simplificados para a actualização dos limites da responsabilidade e de mecanismos eficazes para auxílio aos passageiros aos quais sejam devidas indemnizações.

14. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América relativo à Continuação da Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e Portugal, acordo assinado em Lisboa, em 11 de Fevereiro de 2015.

A Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e Portugal («Comissão Fulbright»), criada em Portugal em 1960, tem desempenhado um importante papel na educação e ciência ao promover a oferta de oportunidades de intercâmbio de professores, investigadores e estudantes, bem como a disponibilização de orientação e informação de qualidade sobre os sistemas de ensino dos dois Estados e a organização de iniciativas potenciadoras da partilha de conhecimento.

15. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo celebrado entre a República Portuguesa e o Ismaili Imamat com vista ao estabelecimento da sua sede em Portugal.

16. O Conselho de Ministros autorizou a realização de despesa destinada à aquisição de dois navios-patrolha oceânicos da classe «Viana do Castelo».

Estes navios-patrolha destinam-se a substituir as corvetas das classes «João Coutinho» e «Baptista de Andrade», navios que já há muito ultrapassaram a estimativa de vida útil de 35.

Actualmente, a Marinha Portuguesa cumpre a sua missão de vigilância marítima nos espaços oceânicos de interesse nacional e internacional recorrendo aos dois navios-patrolha oceânicos já adquiridos e às quatro corvetas que restam das 10 iniciais, estas com 40 a 44 anos de idade.

Com os dois navios-patrolha oceânicos adicionais, o Estado Português assegura, ainda, o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos de fiscalização e patrulha oceânica, designadamente os decorrentes das convenções Salvaguarda da Vida no Mar (Safety of Life at Sea, SOLAS-1974) e Busca e Salvamento (Search and Rescue, SAR-1979).

Execução orçamental mostra “dinamismo da economia”

O vice-presidente da bancada do PSD, Luís Leite Ramos, defende que os dados da execução orçamental mostram que a redução do défice está a ser feita “à custa de um dinamismo da economia” que se tem consolidado. “Esta redução do défice está a ser feita à custa de um dinamismo da economia que se tem vindo a consolidar ao longo dos últimos trimestres e é um sinal de esperança e um sinal positivo relativamente aos objectivos que se pretende alcançar no final do ano, nomeadamente em matéria de défice público”, disse à Lusa Luís Leite Ramos.

O deputado social-democrata destacou “o aumento da receita fiscal, sinal de que a economia está a crescer, alguma redução também no pagamento das prestações sociais, nomeadamente em matéria de desemprego, que são um sinal da evolução do mercado do trabalho”.

O défice das administrações públicas atingiu os 1.552,6 milhões de euros até Abril, uma melhoria de 226,3 milhões de euros face ao mesmo período de 2014 e excluindo as entidades públicas reclassificadas em 2015, segundo divulgou na semana passada, a

Direcção-Geral de Orçamento (DGO).

“Estes dados mostram com algum optimismo que a consolidação orçamental tem sido um objectivo que tem vindo a ser cumprido. O facto de termos o saldo primário positivo permite pensar que este ano vamos recuperar alguns dos desequilíbrios externos e em termos orçamentais”, afirmou o vice-presidente da bancada do PSD.

Segundo Luís Leite Ramos, “o Governo sempre afirmou que a expectativa de ficar abaixo dos 3 por cento era uma expectativa que mantinha e estes resultados só vêm confirmar que a expectativa do Governo é fundada em números e em sinais reais da economia”.

Na síntese da execução orçamental até Abril, divulgada pela DGO na segunda-feira, na óptica da contabilidade pública, nos primeiros quatro meses do ano, as administrações públicas registaram um défice de 1.552,6 milhões de euros e um saldo primário (que exclui os encargos com a dívida pública) de 880,9 milhões de euros.

Outro dos dados revelados pela DGO é que Portugal pagou 534,9 milhões de euros aos credores internacionais entre Janeiro e Abril deste ano, um valor acima dos 405,5 milhões que tinha pago no mesmo período do ano passado, que é justificado com o primeiro pagamento de juros relativo à 10.ª tranche do empréstimo do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF).

Ainda segundo a DGO, a receita fiscal líquida acumulada do Estado cresceu 4,1 por cento face ao mesmo período do ano passado, e também a receita fiscal cobrada aumentou 449,7 milhões de euros relativamente a Abril de 2014, uma evolução que “consolida a tendência de crescimento da receita fiscal iniciada em 2013”.

Este desempenho da receita fiscal deve-se ao comportamento dos impostos indirectos, cuja receita aumentou 7,2 por cento em termos homólogos, devido sobretudo à receita líquida do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), do ISV (Imposto sobre Veículos), do ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos) e do IUC (Imposto Único de Circulação).



Maioria aprova crime de enriquecimento injustificado

A maioria aprovou o projecto de lei para a criminalização do enriquecimento injustificado. O projecto de lei de PSD e CDS-PP foi aprovado com os votos favoráveis de sociais-democratas e centristas e o voto contra da oposição. Todos os partidos apresentaram projectos sobre esta matéria, tendo apenas o projecto de lei da maioria passado na especialidade, na comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Os projectos de lei em causa distinguem-se, em primeiro lugar, pela via que seguem: a maioria PSD/CDS-PP segue uma via penal, criando o crime de enriquecimento injustificado, enquanto PS, PCP e BE seguem uma via essencialmente fiscal, baseando-se em declarações de património e penalizando omissões ou falsidades nessas declarações.

O universo de aplicação era outra diferença, sendo que PSD e CDS-PP criminalizam o enriquecimento injustificado de todos os cidadãos, e também o PCP defendeu que a aplicação de uma lei neste âmbito não deve fazer distinções.

A maioria PSD/CDS-PP excluiu a expressão “enriquecimento ilícito”, que passou a “enriquecimento injustificado”, numa proposta de alteração apresentada na semana passada, mantendo-se as molduras penais, de três anos, para a generalidade das pessoas que incorram no crime, e de cinco anos, para os titulares de cargos políticos ou equiparados.

No dia 27, a maioria aprovou também na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais o próprio projecto de criminalização do enriquecimento injustificado. No final



da votação, o presidente da comissão, Fernando Negrão, fez “votos para que o Tribunal Constitucional aprove” a nova solução, manifestando-se favorável “à criação deste tipo legal de crime”, mas recordando como há duas legisla-

ras esteve envolvido numa iniciativa que foi igualmente declarada inconstitucional. “Tenho bem presente toda a argumentação do Tribunal Constitucional”, declarou Fernando Negrão depois da votação.

Parlamento aprova nacionalidade portuguesa originária para netos nascidos no estrangeiro



A maioria PSD/CDS e o PS aprovaram, dia 29, no Parlamento, em votação final global, um diploma que passa a estender a possibilidade de aquisição da nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro.

Em relação a este projecto, que partiu da maioria

PSD/CDS, o PCP, o Bloco de Esquerda e “Os Verdes” abstiveram-se, enquanto os deputados socialistas Isabel Moreira e Pedro Delgado Alves contrariaram a orientação da sua bancada e votaram contra. Apesar de ter havido uma ampla maioria de votos favoráveis sobre esta alteração à lei da nacionalidade, o consenso entre as bancadas da maioria PSD/CDS e o PS foi conseguido

momentos antes da votação final global, quando foi viabilizada por sociais-democratas e democratas-cristãos uma proposta de alteração apresentada pelos socialistas, na qual se condicionava a aquisição de nacionalidade por netos de emigrantes portugueses à existência “de laços de efectiva ligação à comunidade nacional”.

Governo regional está a pôr em causa estado social



O presidente do PSD/Açores acusa o governo regional socialista de estar a pôr em causa o estado social na região, dando como exemplo as “desastrosas políticas na saúde”. “Ninguém põe tanto em causa o estado social no nosso Portugal como o governo regional socialista aqui, com os cortes que está a fazer na saúde, que é o maior retrocesso da história no âmbito dos cuidados de saúde”, alertou Duarte Freitas, na segunda-feira à noite, no âmbito da iniciativa “Roteiros da mudança”, que está a levar a todas as ilhas do arquipélago.

Para o líder do PSD/Açores, as “desastrosas políticas na saúde” exemplificam a forma como a coesão regional e social no arquipélago “está a ser destruída pelo actual governo regional”, que levou a cabo uma reforma neste sector “feita a pensar em cortar, cortar, cortar e não em melhorar ou, pelo menos, manter o que de bom estava a ser feito”.

“Naquilo que foram conquistas das nossas populações como a proximidade, a deslocação de especialistas ou o acesso a exames de diagnóstico sabemos todos que estamos a voltar atrás de uma forma muitas vezes cruel para muitos açorianos”, acrescentou.

Duarte Freitas lembrou que o governo da República saneou em 2000 as dívidas do Serviço Regional de Saúde dos Açores, que hoje volta a apresentar “um buraco”, com “responsabilidades financeiras futuras” superiores a mil milhões de euros.

As mudanças introduzidas na saúde nos últimos dois anos tiveram como justificação a necessidade de resolver este problema da dívida, sublinhou o dirigente social-democrata, que acrescentou que, no entanto, além de o problema financeiro permanecer, os açorianos têm hoje “piores cuidados de saúde”.

Duarte Freitas lamenta que “infelizmente”, esta situação “não se resume à saúde” e considerou que também a política de transportes marítimos nos Açores é “um desastre”. “Com um governo do PSD/Açores liderado por mim, se houver um

incidente num porto haverá alguém para explicar e assumir responsabilidades”, disse Duarte Freitas, que condenou ainda o executivo socialista açoriano de ter aumentado os impostos sobre os combustíveis “à socapa”.

Para Duarte Freitas, os Açores precisam de uma “governança transparente”, com “cultura de ambição e responsabilidade”, após quase 20 anos de executivos socialistas, que considerou estarem cansados e sem soluções e serem a origem da “desesperança e aflição” que se vive nas ilhas.

PSD pede explicações sobre a Agenda Digital dos Açores

O PSD/Açores considera que o governo regional deve explicações sobre a Agenda Digital e Tecnológica dos Açores “anunciada desde Julho de 2013, e que prometia ser um incremento ao desenvolvimento dos Açores. Essa ferramenta foi apresentada, com grande pompa e circunstância, incluindo um vasto número de medidas e acções que o governo deve agora esclarecer”, disse o deputado António Ventura.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata refere que importa “avaliar do cumprimento desta Agenda Digital e Tecnológica para os Açores”, pelo que solicita à tutela o cronograma da mesma “para que se saiba qual o cumprimento das medidas e acções previstas”, destacando que estavam previstas “29 medidas, e que 26 delas já deveriam estar cumpridas em Dezembro de 2014”, adianta.

“Uma das medidas anunciadas, e de fulcral importância, era a criação do Parque Tecnológico da Ilha Terceira, um processo envolto em polémicas e recuos, sobre o qual o governo deve responder”, alerta António Ventura.

O deputado do PSD/Açores lembra que o executivo “não hesitou em avançar a ideia como forma de alavancar o crescimento das actividades económicas orientadas para os mercados digitais. Mas na prática queremos saber o que já foi feito, não apenas ouvir as habituais promessas”, acrescenta.

“Foi adiantada uma calendarização de medidas e acções, que iriam inovar e criar novos produtos de valor acrescentado, contribuindo para a resolução de desafios sociais e promover o desenvolvimento económico da região. O governo regional deve aos açorianos um cabal esclarecimento sobre a Agenda Digital e Tecnológica dos Açores, pelo que pedimos datas e dados concretos, e vamos aguardar pelas respostas”, conclui António Ventura.



Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

XII Aniversário

MENSAGEM AOS MILITANTES

Passaram ontem doze anos sobre a fundação do nosso Partido.

Um aniversário é sempre, na vida dos Homens como na das instituições, um tempo de balanço.

Nesta hora em que lembramos o caminho já andado, recordamos, com saudade, aqueles — tantos! — destacados fundadores, dirigentes e militantes anónimos que pela nossa causa deram a vida.

Doze anos volvidos havemos de estar orgulhosos da obra que todos construímos.

Mas, para nós, há um caminho sempre por andar. Vamos continuar. Com maior esforço, ainda, com maior entusiasmo.

Neste último ano o PSD tornou-se o maior Partido Português.

Assumimos com determinação e grande sentido de responsabilidade o Governo da Nação.

Temos de estar contentes pela obra já realizada. Continuaremos. Sem desfalecimentos.

Continuaremos. Unidos. Cada vez mais exigentes connosco próprios.

Continuaremos. Na busca de um diálogo construtivo que permita, com maior rapidez, mais progresso, mais desenvolvimento, mais justiça social.

Continuaremos. Sem abdicar dos grandes princípios e valores que são, e foram sempre, os nossos.

Continuaremos. Com a certeza de que os Portugueses, em número dia a dia crescente, depositam em nós a sua esperança e os seus anseios.

Continuaremos. Por um futuro melhor para todos os Portugueses. Por um futuro melhor que podemos e queremos alcançar.

Continuaremos. Para sermos dignos de nós próprios. Para sermos dignos do julgamento das gerações vindouras.

ANÍBAL CAVACO SILVA

Cavaco Silva no almoço em honra do Presidente Sarney



Está a constituir um verdadeiro êxito a visita a Portugal do Presidente do Brasil. José Sarney recebeu em audiência, no Palácio de Queluz, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva (foto). Posteriormente, o Chefe do Governo Português ofereceu ao Chefe de Estado do País irmão um banquete no Palácio da Vila, em Sintra (publicamos na página 3 o discurso proferido na ocasião pelo Prof. Cavaco Silva).

Referindo-se ao Primeiro-Ministro de Portugal, o Presidente Sarney afirmou, nomeadamente: «Portugal encontrou o Chefe do Governo jovem, dinâmico e qualificado para orientar as mudanças modernizadoras que a integração com a Europa haverá de exigir da economia e da sociedade portuguesa».

José Sarney colocou lado a lado os Governos dos dois países, nos anseios por transformações, e por urgência de desenvolvimento e de justiça social.

A LÍNGUA PORTUGUESA É A NOSSA PÁTRIA COMUM

• **PRESIDENTE SARNEY:** Portugal encontrou o Chefe de Governo jovem, dinâmico e qualificado para orientar as mudanças modernizadoras

NESTE NÚMERO

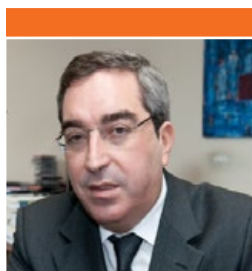
Suplemento especial dedicado ao XIII Congresso

- Moções de estratégia e linha política do Partido
- Proposta de alteração aos Estatutos
- Delegados e Participantes
- Regulamento do Congresso

Sexta-feira em Lisboa

**GRANDE FESTA - COMÍCIO
DO 12.º ANIVERSÁRIO DO PSD
No Campo Pequeno às 21.30**

- Com a presença de **CAVACO SILVA**
- Exibição de um filme, com imagens históricas da vida do PSD



É a economia, estúpido!

Jaime Quesado (*)

A Economia Portuguesa tem pela frente a batalha da modernidade e competitividade. Portugal tem que atingir os níveis de produtividade da União Europeia e isto é uma condição *sine qua non* para se conseguir os grandes objectivos de prosperidade, solidariedade e qualidade de vida. A Economia Portuguesa tem pela frente alguns desafios centrais, de forma a resolver velhas debilidades estruturais:

- a) um modelo exportador, mas que é reactivo relativamente aos mercados e relativamente pobre em valor acrescentado;
- b) uma crença no IDE sem a adequada incorporação de produção ou decisão nacional naquilo que faz;
- c) transferência de mão de obra e capital para actividades de baixo valor acrescentado, em alguns serviços (ex: turismo) e na construção cívica;

Numa frase, importa aumentar a produtividade e o valor gerado com o exterior, a partir de várias plataformas de actuação: exportações; infra-estruturas; atracção de capital estrangeiro via investimentos e via turistas.

Impõe-se mais do que nunca reforçar a economia e a posição dos protagonistas do processo de criação de riqueza, em ordem a obter um modelo mais assertivo e mais eficaz. As variáveis para esse processo são claras:

- a) aumentar as exportações no PIB, mas fazê-lo porque se trabalha para clientes mais exigentes. Abandonar a captação de clientes baseada nas vantagens de preço baixo e procurar os clientes mais sofisticados – pagam mais pelo valor acrescentado e ainda nos desafiam a modernizar e a aumentar os nossos padrões de exigência a vários níveis.
- b) apostar na dinamização de indústrias de bens transaccionáveis de média e alta intensidade tecnológica, procurando envolvê-las com os grandes investimentos de IDE. Isto reforçará o capital empreendedor, normalmente em micro e médias empresas/projectos, e contribuirá para a fixação de conhecimento, ganhos económicos e aumentos nos centros de decisão Portugueses;
- c) apostar na educação superior e na formação. Mas isto não significa elevar o número de diplomados por si. Significa promover o grau de utilidade da educação/formação para as empresas. Rapidamente os benefícios da internalização de mecanismos de mercado serão transpostos para outras áreas de “welfare”;
- d) o Sector Público consome, em despesa total, quase 50% do PIB Português. É preciso reflectir muito seriamente sobre tomar uma de duas opções: ou este número se reduz para níveis mais eficientes, em torno dos 40%, com a necessária revisão das funções do Estado; ou o Sector Público aprende a tornar-se mais produtivo e devolve à Sociedade, em serviços públicos e em bem-estar, tanto ou mais quanto lhe cobra em impostos.

Precisamos de uma Nova Agenda Competitiva em Portugal. Criar valor a partir das fileiras económicas e sustentar a aposta em bens transaccionáveis com rede global.

(*) **Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade**

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcobaça, para reunir no próximo dia 18 Junho de 2015 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. Prof. Eng. Joaquim Vieira Natividade com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Análise da situação política
 - 2 - Outros assuntos

ALMEIDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almeida, para reunir no próximo dia 03 de Julho de 2015 (sexta-feira), pelas 17h00, na sede, sita na Rua do Comércio em Vilar Formoso, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:
- 1 - Eleição dos órgãos da Secção
 - Mesa da Assembleia de Secção
 - Comissão Política de Secção
 - Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Podem igualmente ser enviadas para o endereço psdemalmeida@gmail.com

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante, para reunir no próximo dia 26 Junho de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Análise da situação nacional e ano político 2015
 - 2 - Análise da situação política concelhia
 - 3 - Outros assuntos

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 12 de Junho de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. Tenente Valadím, 47, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Análise da situação política;
 - 2 - Outros assuntos.
- SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2015 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua do M. F. A., nº 11, - Amora, com a seguinte,

- Ordem de Trabalhos
- 1- Informações
 - 2 - Análise da situação política - partidária.
 - 3.- Outros assuntos

VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Junho de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, em Vila Nova de Cerveira no Auditório do Cine -Teatro, sito na Rua 25 de Abril (Junto à Câmara Municipal) – Vila Nova de Cerveira, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política Distrital e nacional e eleições Legislativas 2015

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Foz Côa, para reunir no próximo dia 19 de Junho de 2015 (sexta-feira), pelas 20h30., na sede, sita ao Largo do Tablado, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
 - 2 - Análise da actual situação política
 - 3 - Outros assuntos

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vizela, para reunir no próximo dia 19 de Junho de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00., na sede, sita na Rua Fonseca e Castro, nº 130 - B, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
 - 2 - Análise da actividade da Comissão Política de Secção
 - 3 - Discussão e análise de outros assuntos



ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 19 de junho de 2015, pelas 21h00, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Rua D. João I, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política atual;
- 3 - Outros assuntos.

(ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR) CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Cabeceiras de Basto, para reunir no próximo dia 27 de Junho de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sita na Rua das Pondres – Quinchoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 21h00m às 23 horas.

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Marco de Canaveses, para reunir, no próximo dia 12 de Julho de 2015 (domingo), pelas 17h00, na sede sita no Largo Sacadura Cabral numero 10 da freguesia do Marco, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa da Plenário Concelhia e da Comissão Política Concelhia

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estão abertas das 17h00 às 23h00.

(ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR) VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Viseu, para reunir em sessão ordinária no dia 5 de Junho de 2015 pelas 21h00, na sede do PPD/ PSD de Viseu, sita no Rossio Nº14 2º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Atual;
- 3 – Outros Assuntos.

(CORRECÇÃO) VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Vila Real para reunirem no próximo dia 27 de Junho de 2015 (Sábado), pelas 20 horas, na Rua da Boavista nº 11 – 1º em Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão

Política Concelhia da JSD de Vila Real.

Notas:

As urnas estarão abertas das 20h00m às 24h00m.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Distrital da JSD de Vila Real, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Vila Real, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAL DEMOCRATAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os estudantes da Universidade de Coimbra, militantes da JSD, para reunir no próximo dia 6 de Julho, pelas 16h00, na sede da JSD Coimbra, sita na Rua Lourenço de Almeida Azevedo 16, em Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Coimbra (NESD/UC).

Notas:

A organização do ato eleitoral será da responsabilidade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital da JSD de Coimbra ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Coimbra ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da JSD Coimbra, sita na morada acima referida, até às 24h00 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Os interessados em participar no ato eleitoral deverão fazer prova da sua militância e da sua condição de estudante da Universidade de Coimbra (apresentando cartão de estudante ou certificado de matrícula).

As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 21h00.

